

ABNT/CB-16/035/2011

São Paulo, 08 de novembro de 2011.

Aos Participantes da ABNT/CB-16,

Informamos que, em ata da reunião realizada em 26/10/2011, o **Grupo Relativo ao Transporte de Produtos Perigosos - GTPP-DSV**, esclareceu as dúvidas levantadas por algumas empresas no tocante a:

1 - Necessidade de obtenção de Licença Especial de Trânsito de Produtos Perigosos - LETPP do Município de São Paulo para veículos transportando produtos perigosos em quantidade limitada.

Segue abaixo a interpretação dada pelo respectivo GTPP:

“Pela Legislação vigente, as quantidades limitadas **não estão isentas** da obtenção da Licença Especial de Trânsito de Produtos Perigosos, especialmente pelo que reza o artigo 5º do Decreto nº 50.446, de 20 de fevereiro de 2009, abaixo transcrito, não obstante o que vai estabelecido no Capítulo 3.4 da Resolução ANTT nº 420/2004:

“Art. 5º. O transporte de produtos perigosos nas vias públicas do Município de São Paulo somente poderá ser realizado por transportador devidamente inscrito no Cadastro dos Transportadores de Produtos Perigosos - CTPP e com veículos detentores da Licença Especial de Transporte de Produtos Perigosos - LETPP, expedida pelo DSV”.

Não se vislumbra aqui quaisquer isenções quanto a produtos transportados em quantidades limitadas, devendo ser cadastradas as empresas transportadoras, bem como lograr-se a correspondente Licença Especial de Trânsito de Produtos Perigosos – LETPP”.

2 - Interpretação da aplicação das quantidades limitadas por embalagem interna (3.4.2) e/ou por unidade de transporte (3.4.3) da Resolução 420/04 e suas atualizações quanto a limitações de itinerário, estacionamento e locais de carga e descarga;

Segue abaixo a interpretação dada pelo respectivo GTPP:

“Os itens 3.4.2 e 3.4.3 da Resolução ANTT nº 420/2004 devem ser analisados de forma mutuamente exclusiva durante a fiscalização, ou seja, as isenções serão válidas para as QUANTIDADES LIMITADAS POR EMBALAGEM INTERNA **OU** POR UNIDADE DE TRANSPORTE;

Os itens 3.4.2.6, “e” e 3.4.3.1, “c” Resolução ANTT nº 420/2004 **ISENTAM** o transporte de produtos perigosos FRACIONADOS EM QUANTIDADES LIMITADAS POR EMBALAGENS INTERNAS **OU** POR UNIDADE DE TRANSPORTE no MINI-ANEL VIÁRIO E CENTRO EXPANDIDO, conforme restrições estabelecidas no artigo 1º, da Portaria 077/2011-DSV.GAB, de 31 de agosto de 2011, mantidas as considerações do artigo 3º dessa portaria”.

3-Conclusão

Em suma, é obrigatório que o veículo porte a LETPP para o transporte de produtos perigosos independentemente da quantidade transportada, porém estará isento das restrições de itinerário, citadas no art. 1º da Portaria 77/11 do DSV/GAB (em anexo), em caso de quantidades limitadas por embalagens interna (3.4.2) e/ou por veículo (3.4.3), desde que atenda às exigências da Resolução 420/04 da ANTT e suas atualizações bem como as demais disposições legais vigentes e outras normas estabelecidas pela sinalização local.

Atenciosamente,

Gloria Santiago Marques Benazzi
Coordenadora da CE de Transporte de Produtos Perigosos